

FOUCAULT E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: AMPLIANDO AS POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

Maria Cecília Pereira¹
Mayara Maria de Jesus Muniz²
Juvêncio Braga de Lima³

Resumo

Considerando a obra de Foucault e as interfaces de suas idéias com os estudos organizacionais, acredita-se que sua utilização deva ultrapassar a analítica do poder disciplinar. Objetivou-se apresentar uma proposta para a utilização das idéias de Foucault nesta pesquisa, considerando as três fases de sua obra: arqueologia, genealogia e ética. Ao focalizar a arqueologia, propõe-se o rompimento com alguns pressupostos do funcionalismo neste campo, priorizando o estudo dos “discursos organizacionais”. Quanto à genealogia, a proposta é avançar na análise do poder disciplinar, considerando a abordagem do poder relacional e da biopolítica, redirecionando a atenção da disciplina para o contexto institucional, no qual a organização está inserida. No que se refere à ética, defende-se que a análise das práticas deve incluir a análise das próprias “subjetividades”, constituintes da organização, perguntando-se quais são as escolhas dos membros organizacionais e como essas direcionam-se no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Foucault. Estudos Organizacionais.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento de Michel Foucault tem influenciado os estudos organizacionais, principalmente a partir da década de 1980. Por meio desses estudos, discute-se temas tais como: a questão dos saberes e sua articulação por meio dos discursos; os lugares dos saberes que expressam uma relação de poder; a constituição do sujeito; e, a questão da moral e da ética. Além disso, Foucault desenvolve uma crítica ao progresso da cultura. O autor não tem como pretensão a busca pelas essências verdadeiras, **mas sua** preocupação recai sobre o levantamento de problematização epistemológica.

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil. Endereço: R. João Laurente, 175- Cruzeiro do Sul. Lavras/MG. CEP: 37200-000. E-mail: cecilia@navinet.com.br.

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Lavras, UFLA, Brasil. Endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 225, Apto 204. Centro- Lavras/MG. CEP: 37200-000. E-mail: mayaralm@ufla.br.

³ PhD pela Ecole des Hautes Etudes Commerciales - Montreal, HEC, Canadá. Doutor em Sociologia pela Université de Montpellier III, UM III, França. Mestre em (Diplôme d'Études Approfondies en Sociologie) pela Université de Montpellier III, UM III, França. Endereço: Universidade Federal de Lavras. CAMPUS DA UFLA- Caixa-Postal: 37. Lavras/MG. CEP:37200-000. E-mail: jblima@ufla.br. Artigo recebido em: 22/7/2006. Aceito em: 25/9/2006.

No campo dos estudos organizacionais, as idéias desse autor têm sido desenvolvidas desde 1980. No Brasil, um dos trabalhos pioneiros é o de Motta (1981), analisando o poder disciplinar nas organizações. A partir de 1990, esses estudos disseminaram-se rapidamente (BURRELL, 2001). Essa disseminação ocorreu, principalmente, pela aplicação de abordagens alternativas às posturas “dominantes”, tendo como pano-de-fundo o debate modernismo x pós-modernismo. Recentemente, Motta E Silveira (2003) e Silveira (2005) realizaram um inventário sobre a utilização das obras de Foucault no âmbito da análise organizacional. Os autores questionam essa utilização e indicam possíveis caminhos de desenvolvimento, focalizando a questão do poder. Nos estudos analisados, observou-se, principalmente, o emprego da analítica do poder, especificamente do poder disciplinar, com base no livro *Vigiar e Punir*, de Foucault.

Considerando a complexidade e heterogeneidade da obra de Foucault e as idéias desse autor no campo dos estudos organizacionais, acredita-se que sua utilização deva ultrapassar a analítica do poder disciplinar, atentando para as três fases de sua obra: a arqueologia, a genealogia e a ética.

2 AS IDÉIAS DE MICHEL FOUCAULT NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Para a apresentação de uma análise sistemática e aprofundada da utilização de Foucault nos estudos organizacionais, acredita-se que uma visão geral dessa utilização possibilite partir para as discussões posteriores com a articulação entre as idéias desse autor.

O trabalho de Foucault, inspirado pelas idéias de Nietzsche, Heidegger e Freud, caracteriza-se por sua complexidade e dinamicidade. Pode-se dizer que o desenvolvimento de críticas ao conceito de progresso da cultura; a preocupação com as descontinuidades, com os lugares dos saberes e das relações de poder; e as construções da subjetividade, são temas que perpassam o conjunto da obra de Foucault. Para Silveira (2005, p. 13), Foucault “buscou a problematização, ou seja, a elaboração de um domínio de fatos, práticas e pensamentos que colocam e levantam problemas para as diferentes epistemologias (...) trata-se de um movimento de questionamento constante”.

A utilização das idéias de Foucault no âmbito dos estudos organizacionais é influenciada pelo debate modernismo x pós-modernismo, presente no campo das ciências sociais e humanas (MOTTA; SILVEIRA, 2003). Silveira (2005) afirma que nos estudos pós-modernistas não se admite a primazia da razão humana e do homem racional, além disso, não

se corrobora com pensamentos totalizantes (metanarrativas) e sistêmicos para explicar a realidade.

Nos estudos considerados pós-modernistas, a ambigüidade e a pluralidade são consideradas como elementos fundamentais da realidade, o que abre espaço para as idéias de Foucault. Pode-se dizer que: “foi no espírito dessa perspectiva que sua utilização ganhou corpo na análise das organizações” (SILVEIRA, 2005, p. 21).

Além do debate modernismo *x* pós-modernismo, a abertura de perspectivas alternativas ao funcionalismo também contribui para a inserção das idéias foucaultianas nos estudos organizacionais. Até os anos 1960, o campo da análise organizacional pode ser descrito como um campo relativamente simples, no qual os estudos centralizavam, principalmente, na superioridade das instituições burocráticas, com base em leituras do trabalho de Max Weber (BURRELL, 2001; HARDY; CLEGG, 2001; SILVEIRA, 2005). Nesse período, a teoria das organizações desenvolveu-se segundo a base epistemológica do positivismo, em busca de padrões e soluções gerenciais: “a palavra chave é a organização como sistema que busca atingir metas explícitas formuladas por tomadas de decisão racionais” (SILVEIRA, 2005, p. 16).

Burrell (2001) afirma que com a leitura da obra de Weber (1991) e em sua posterior transposição para o campo organizacional, desconsiderou-se alguns de seus principais conceitos como a noção de interpretação. Ao invés disso, privilegiou-se o conceito de burocracia. A partir dessas críticas, abriu-se a “caixa de pandora” da análise organizacional (HARDY; CLEGG, 2001), transformando o campo em um espaço de luta, em um “terreno contestado” (BURRELL, 2001), gerando uma pluralidade de alternativas à visão funcionalista.

É nesse espaço de contestações, diante do debate modernismo *x* pós-modernismo, e de possibilidades alternativas à perspectiva funcionalista, que o trabalho de Michel Foucault ganhou terreno na análise das organizações, principalmente, por meio do conhecimento da obra *Vigiar e Punir*, na qual Foucault aborda a questão da contingência e das metas organizacionais, ao afirmar que as organizações se assemelham a prisões. Dessa forma, Burrell (2001) sinaliza para uma nova forma de análise organizacional, na qual o corpo, o poder, o prazer e a disciplina ocupam papel central, redirecionando e aperfeiçoando “as lentes” pelas quais os padrões de mundo são visualizados. A principal argumentação desse autor é a possibilidade do estudo das instituições nas quais os indivíduos vivem atrelados e nas quais impera a dominação disciplinar.

Deve-se ressaltar o debate entre foucaultianos e marxistas na *Labor Process Theory*, envolvendo as discussões sobre a questão do poder e da identidade no ambiente de trabalho; e o desenvolvimento da corrente *Critical Management Studies*, legitimando diferentes perspectivas para os estudos organizacionais. São fenômenos que contribuíram para a consolidação das idéias de Foucault no campo da Administração (MOTTA; SILVEIRA, 2003). O periódico *Organization*, por exemplo, lançou um número especial, em 2002, sob o tema “*Foucault, Management and History*”, destacando a influência desse autor nos estudos organizacionais.

Esse número inclui o texto de Townley (2002), cujo foco é uma crítica aos modismos organizacionais e as formas de “gerenciamento abstrato”, as quais, segundo a autora, são condizentes com os postulados modernistas e baseadas nos princípios da racionalidade, causalidade, agência, certeza e poder soberano. Dessa forma, a autora situa Foucault como um crítico da razão moderna e advoga o papel da razão prática nos estudos organizacionais: “Para Foucault, a estrutura da razão pode ser entendida apenas no emprego concreto da razão, incluindo tecnologias que são racionalidades materializadas [...] a ordem das coisas é baseada em uma investigação do fundamento epistêmico da razão”. Para Townley (2002), é preciso focalizar em análises críticas e na arqueologia das construções desses modelos de gerenciamento.

Além disso, existem críticas ao modo como as idéias de Foucault vêm sendo utilizadas para esses estudos. Os “caminhos” que os teóricos organizacionais vêm utilizando para a apropriação dos conceitos foucaultianos desprezam, muitas vezes, as próprias limitações desses conceitos (ROWLINSON; CARTER, 2002). Em alguns trabalhos de análise organizacional, pode-se observar o foco na temática do poder, desprezando-se as fases da arqueologia e da ética na obra de Foucault (KNIGHTS, 2002).

Motta e Silveira (2003) advogam que a questão do poder é tratada, principalmente, sob a ótica do poder disciplinar. A biopolítica e a governamentalidade, discutidas por Foucault, na maioria das vezes, ficam restritas à situações específicas.

Observa-se que a utilização das idéias foucaultianas tem ocorrido de maneira parcial. Sendo assim, é válida a discussão acerca das características do pensamento de Foucault, na tentativa de avançar na proposta de utilização de suas idéias para a análise organizacional.

3 ARQUEOLOGIA, GENEALOGIA E ÉTICA

Apresentam-se as principais características da obra de Foucault, em suas diversas fases: arqueologia, genealogia e ética, de acordo com a classificação proposta por Fonseca (1995).

A partir dessa classificação não se pretende sublinhar rompimentos de idéias ou conceitos, mas os movimentos teóricos e metodológicos que marcam as idéias de Foucault. O autor descreve os três eixos de seu trabalho como segue: o eixo do saber, do poder e do sujeito. Dessa forma, pode-se relacionar o eixo do saber com a arqueologia; o eixo do poder com as discussões no campo da genealogia; e, finalmente, o eixo do sujeito com a fase da ética (SILVEIRA, 2005).

Ao mencionar **a arqueologia**, focaliza-se um aspecto epistemológico, sendo “os saberes” e a forma como se articulam, o objeto de estudo nessa fase. Portanto, Foucault discute a articulação dos saberes e reflete, em *Arqueologia do Saber*, sobre suas principais análises históricas: *História da Loucura*, *Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*:

Não se trata de transferir para o domínio da história, e singularmente da história dos conhecimentos, um método estruturalista que foi testado em outros campos de análise. Trata-se de revelar os princípios e as conseqüências de uma transformação autóctone que está em vias de se realizar no domínio do saber histórico (FOUCAULT, 2004a, p. 17).

Os saberes, portanto, não são relacionados com a estrutura social, mas ao tratar das práticas discursivas de certos “domínios do saber”, busca explicitar um método de análise histórica que considere o discurso como *saber*, e não como *ciência* (FOUCAULT, 2004a). Esse método busca definir os próprios discursos enquanto práticas que obedecem à regras. Quanto a essa característica, Rabinow e Dreyfus (1995) ressaltam que não se trata de buscar a verdade ou falsidade dos enunciados em cada domínio de estudo (ciências humanas, por exemplo), mas do que foi dito por esses domínios como “discurso-objeto”, buscando clarificar quais são as regras que regem os discursos científicos.

Foucault (2004b) sinaliza para um redirecionamento, voltando-se para além da articulação entre os saberes e recaindo sobre as relações de doutrinas entre o que pode ou não ser dito, dependendo do “lugar de dizer”. As análises anteriores não são invalidadas, mas passa-se a questionar o “porquê” dos saberes. Foucault (2004b) afirma que, em cada sociedade, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída de acordo com certos procedimentos. Dessa forma, as práticas discursivas seriam voltadas à compreensão do poder dos discursos emanados de diversas esferas do saber.

A partir desse redirecionamento, relacionando práticas discursivas e poderes, observa-se o primeiro deslocamento epistemológico/metodológico na obra de Foucault, apoiando-se

na genealogia como método, e no poder como foco de análise para explicar os saberes, trata-se da fase da **genealogia**. Foucault (2001a), ao diferenciar a genealogia da arqueologia, afirma que a genealogia é uma forma de libertar os saberes históricos, é a técnica que, a partir da discursividade local, ativa os saberes. Por outro lado, a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local. Foucault apóia-se na genealogia de Nietzsche, ao recusar a busca das essências exatas e considerar que, ao final de uma pesquisa, encontra-se a disparidade. Foucault (2001c) descreve a genealogia de Nietzsche como a busca de um “sentido histórico”, no qual a história é efetiva na medida em que reintroduz o descontínuo em nosso próprio ser.

Nessa fase, a investigação recai sobre os poderes periféricos. Considera-se que os poderes são exercidos em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, podendo estar integrados ou não ao Estado. Para Foucault, “não existe algo unitário chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social” (MACHADO, 2001). Ou seja, o que existem são práticas ou relações de poder, ao contrário de uma propriedade de poder. Não se pode afirmar que existe uma “teoria do poder” em Foucault. Essa fase deve ser caracterizada como uma “análise do poder”, com desdobramentos quanto aos mecanismos do mesmo: dos suplícios (a concepção jurídica do poder) para as disciplinas e, posteriormente, para a biopolítica (MOTTA; SILVEIRA, 2003).

Os mecanismos das disciplinas e da biopolítica podem ser analisados em oposição ao mecanismo dos suplícios. Para Silveira (2005), a distinção entre os mecanismos disciplina e biopolítica configura duas séries analíticas. Esse autor afirma que as disciplinas corresponderiam à série corpo/organismo/instituições e a biopolítica à série população/processos biológicos/mecanismos regularizadores/Estado. Dessa forma, pode-se dizer que a disciplina atua sobre o corpo individual, ao passo que a biopolítica atua sobre a população.

A análise genealógica do poder disciplinar é a crítica à concepção jurídica do poder: “a idéia básica de Foucault é mostrar que as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência, nem são basicamente contratuais nem unicamente repressivas” (MACHADO, 2001). Nesse ponto, questiona-se se o poder é essencialmente repressivo com a discussão sobre as disciplinas. A relação específica de poder para com indivíduos enclausurados incide sobre seus corpos e utiliza uma tecnologia própria de controle que pode ser ressaltada.

Dessa forma, o *poder disciplinar* ou as disciplinas constituem métodos de controle minucioso do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças, impondo uma relação de docilidade-utilidade. Esse controle ocorre, segundo Foucault, por meio da organização do espaço, do tempo e por meio da vigilância (MACHADO, 2001). A análise das disciplinas e sua dependência de instrumentos de controle e estratégias permitiram o desenvolvimento de uma das teses fundamentais da genealogia: o poder é produtor de individualidade. O indivíduo é uma produção do poder e do saber. Com base nesse raciocínio, Foucault (2001b) reforça sua negação à concepção jurídica de poder, afirmando que as disciplinas veiculam um discurso alheio ao da regra jurídica, derivada da soberania, mas o da regra “natural”, por meio de códigos (discursos).

No primeiro volume da *História da Sexualidade, em Vontade de Saber*, de 1976, remete-se ao terceiro mecanismo de poder: a biopolítica. Na análise da biopolítica, focaliza-se o conjunto de processos populacionais e alerta-se para o surgimento, na sociedade do final do século XVIII: “de uma nova técnica de biopoder que não se dirigia ao corpo dos indivíduos separadamente, mas sim ao homem como espécie” (SILVEIRA, 2005, p.87). Esse mecanismo de poder envolve a adoção de mecanismos de segurança que implicariam em “artes de governar”.

Com as discussões sobre governamentalidade, ampliam-se as análises das disciplinas e agrega-se outros domínios a essas análises, como as práticas de gestão das condutas dos homens, o Estado e seus aparelhos administrativos. Pode-se citar as diferentes governamentalidades como a Pastoral Cristã e o Liberalismo. Essas possuem em comum o fato de, ao mesmo tempo em que induzem uma gestão dentro de uma lógica específica para cada época, fornecem a possibilidade da “salvação” para indivíduos. Nesse sentido, a governamentalidade pode ser compreendida como o conjunto constituído pelas instituições, que permite exercer uma forma específica de poder e que tem como alvo a população, levando a um tipo de poder ocidental chamado governo, em contraste com a soberania e a disciplina (Silveira, 2005).

Além das discussões sobre disciplina, biopolítica e governamentalidade, vale ressaltar o trabalho de Pogrebinschi (2004), no qual defende-se que a analítica do poder em Foucault encontra-se para além do poder disciplinar e do biopoder. Essa autora apresenta um núcleo comum entre essas duas categorias e um outro conceito de poder. Trata-se da idéia de um poder emancipatório e libertador. Embora Pogrebinschi (2004) tenha deixado de lado, nesse trabalho, o eixo do sujeito em Foucault, abre-se espaço para a compreensão de como o sujeito e **a ética** tornaram-se foco de análise na terceira etapa do pensamento foucaultiano.

Ao afirmar que o poder é libertador e está em estreita relação com o saber, Foucault (1997) acrescenta ao seu conceito de poder um caráter de “autogoverno”, um cuidado de si que autocapacita e emancipa. Essas idéias, embora implicitamente contida no conjunto da obra de Foucault, explicita-se, principalmente, nos últimos volumes da *História da sexualidade*. Nessa fase, o foco passa a ser o que constitui o sujeito, por meio da relação na qual o indivíduo se constitui e se reconhece. Essa relação, por sua vez, envolve escolhas, posicionamentos, ou seja, trata-se da análise da ética.

Fonseca (1995), analisa a questão da constituição da subjetividade moderna nas obras do autor a partir de 1970. Esse autor destaca os mecanismos da normalização disciplinar e do biopoder são discutidos enquanto instrumentos da objetivação e da subjetivação do indivíduo moderno. Nessa fase, discute-se a necessidade do homem moderno de construir uma ética que possa ser o fundamento de sua própria constituição. Sendo assim, o que importa são as diferentes formas de constituição do sujeito por meio de procedimentos de uma ética apoiada na reflexão sobre si, independente de mecanismos disciplinares.

Esse fase não invalida as outras. Por um lado, a análise proposta só é possível a partir da base fornecida pela arqueologia e pela genealogia, que se dirigem ao exame dos sistemas de recobrimento e das condições de formação dos discursos locais. Para isso, Foucault baseia-se na forma pela qual o indivíduo constitui a si mesmo como sujeito moral, ao agir sob a influência de um código. Esse código seria formado mediante a elaboração do que seria ético em si mesmo, não somente tornando os atos individuais adequados a uma regra dada, mas também os atualizando pelo exercício da prática moral.

A descrição das três fases da obra de Foucault possibilita a visão da complexidade e heterogeneidade de seu pensamento. Burrell (2001), adepto dessa perspectiva foucaultiana para os estudos organizacionais, afirma que, com a genealogia, Foucault “vira a teoria da organização de cabeça para baixo ao focar o corpo como o local onde práticas sociais mínimas encontram a grande escala da organização do poder”. Burrell (2001) menciona algumas diferenças entre a arqueologia e genealogia, sem abranger a ética, e ressalta que a arqueologia estaria ligada às concepções modernistas, ao passo que a genealogia seria uma perspectiva pós-modernista.

Diante desse quadro, advoga-se que a reflexão foucaultiana (da arqueologia, genealogia e ética), além de ser coerente aos estudos organizacionais (BURRELL, 2001), pode e necessita ser mais bem explorada no campo da Administração, principalmente quanto aos estudos acerca da importância dos discursos e da intersubjetividade. Dessa forma, ensaia-

se uma tentativa de avançar nessa discussão, propondo alguns caminhos para as idéias de Foucault no âmbito organizacional.

4 PROPOSTA PARA A UTILIZAÇÃO DAS IDÉIAS DE FOUCAULT NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Neste artigo, pretende-se apresentar e discutir algumas propostas para a utilização das idéias de Foucault nos estudos organizacionais, incluindo as etapas da arqueologia, genealogia e ética.

4.1 Em busca dos saberes: arqueologia e organizações

Ao falar de arqueologia, admite-se a forma de articulação dos “saberes” como foco de estudo nas organizações. Verificou-se que, na arqueologia, Foucault (2004a) preocupa-se com a articulação dos saberes sem relacioná-los com a estrutura social, tratando da investigação dos funcionamentos das práticas discursivas como domínios do saber. Ou seja, o discurso é o saber que, em certa medida, produz “práticas” (que seriam discursivas), as quais obedecem a regras. A questão é: quais são as regras que regem os discursos?

Essa problemática está presente no campo da análise das organizações. Ao propor a análise crítica e arqueológica das construções de modelos de gerenciamento, baseados em pressupostos como racionalidade e causalidade, Townley (2002) sinaliza, por exemplo, para a análise da organização desatrelada da estrutura. Isso implica na análise das regras que regulam e governam as práticas organizacionais, mas que, muitas vezes, são ocultas para seus membros.

Essa forma de análise implica o rompimento com alguns pressupostos do funcionalismo no campo dos estudos organizacionais, como a priorização de análises quantitativas, ao invés de estudos qualitativos, baseados na análise dos “discursos organizacionais”. Além disso, é preciso que a organização seja compreendida como um emaranhado de discursos e códigos de compreensão, desatrelados da estrutura social. Não se trata de desconsiderar a estrutura, mas de desconsiderar as ações organizacionais como um produto único dessa estrutura e como um sistema articulado funcionalmente, previsível e passível de aplicação de “modelos”.

No entanto, nos estudos organizacionais, a proposta para a utilização da arqueologia, assim como observado no trabalho de Townley (2002), têm se concentrado no aspecto

metodológico, negligenciando o aspecto que deveria ser o foco da análise: a articulação dos saberes que se transformam em práticas. A organização pode ser estudada como um lócus de conhecimento específico e como produção de saberes articulados que engendram, por sua vez, discursos também articulados. Esses saberes podem ser pesquisados por meio da arqueologia.

A questão central deve ser: quais saberes pretendem-se desqualificar ao admitir determinado discurso como legítimo? Pode-se dizer que, na proposta da arqueologia a questão seria: qual é a forma de articulação dos saberes? Trata-se de uma tentativa de avanço na utilização das idéias de Foucault, redirecionando o foco metodológico para a análise do saber que se constitui na organização.

Foucault (1987) propõe o estudo do homem como representação da realidade por meio de uma rede conceitual que cria o espaço de existência, deixando de lado as relações entre os saberes e as estruturas econômicas e políticas. Dessa forma, a organização e os saberes organizacionais, repletos de signos e linguagens, podem ser estudados como representações que se expressam nos discursos de seus membros.

Com relação á segunda fase da obra de Foucault, quando se volta para além da articulação entre os saberes e recai-se sobre as relações de doutrinas e lugares de dizer, defende-se que, em cada sociedade, a produção do discurso é controlada. Nesse sentido, o foco passa a ser o poder que emana dos discursos e volta-se à questão: quais saberes pretendem-se desqualificar com esses discursos?

4.2 Para além do poder disciplinar nos estudos organizacionais

Na fase genealógica, a investigação focaliza, principalmente, nos poderes periféricos e nas relações de poder, em contraponto com o poder soberano. Apresentou-se dois deslocamentos quanto aos mecanismos de poder: dos suplícios para as disciplinas e, posteriormente, para a biopolítica. Ressaltando-se que Foucault analisa os mecanismos das disciplinas e da biopolítica como oposição ao mecanismo dos suplícios.

O poder disciplinar é a temática foucaultiana comumente adotada para a análise organizacional, principalmente quanto às técnicas disciplinares. Knights (2002), por exemplo, critica o desprezo de muitos autores, no campo das organizações, para com a epistemologia proposta por Foucault, e o foco excessivo no texto *Vigiar e Punir*. Nos estudos organizacionais percorre-se “caminhos” para a apropriação das idéias de Foucault, como o estruturalismo e a etnografia, os quais, muitas vezes, não consideram as críticas que diversos historiadores fazem ao trabalho de Foucault. Nesse quadro revela-se a visão parcial dos

estudiosos organizacionais para com as idéias foucaultianas, principalmente no que refere ao estudo do poder no espaço organizacional.

Com este ensaio, propõe-se avançar na análise do poder para outras concepções como o poder relacional, a biopolítica e a governamentalidade, como sugerem Motta & Silveira (2003) e Silveira (2005). Com referência ao poder relacional, ressalta-se o trabalho de Clegg (1993). Esse autor avança na concepção de poder, desenvolvida por Foucault, por remeter à história. Clegg (1993) situa os debates recentes sobre a questão de poder. Dessa forma, propõe-se recuperar conceitos e análises que permaneciam relativas e, reivindica-se por análises baseadas em um modelo mais contemporâneo, a exemplo do entendimento do poder como “circulante” das relações. Os estudos devem direcionar para a maneira como funcionam e são articuladas as relações de poder nas organizações e como esses mecanismos afetam o cotidiano das pessoas.

Além da abordagem do poder relacional, pode-se redirecionar a atenção para o contexto institucional (população) no qual a organização está inserida, (biopolítica), ao invés de focalizar apenas no poder disciplinar entre os atores organizacionais. Assim, as análises das organizações considerariam o conjunto institucional que permitem o seu funcionamento como legítimo. Com base nessa perspectiva, o estudo dos mecanismos de poder nas organizações envolveria a adoção de mecanismos de segurança, tanto por parte de seus membros, quanto por parte da organização, perante os processos institucionais. Ou seja, pode-se incluir as discussões sobre governamentalidade como que indutora de uma forma lógica de gestão organizacional.

O Trabalho de Townley (1993) aponta um avanço na discussão sobre o poder, mesmo quando direcionado para as práticas consideradas “disciplinares” no espaço organizacional. Para a autora, deve-se considerar duas dimensões básicas do poder: conhecimento e subjetividade. O conhecimento seria a fonte de individualidade e produtividade advinda das relações de poder. A subjetividade, por sua vez, seria a própria libertação, por meio do conhecimento do sujeito acerca dos mecanismos de poder. Nas organizações, ao considerar tais dimensões, os mecanismos podem ser estudados em relação com as questões referentes à ética.

4.3 Ética, sujeito e análise organizacional

A idéia de um poder emancipatório e libertador, conforme discutido por Pogrebinschi (2004), abre espaço para a compreensão de como o sujeito e a ética, em Foucault, podem se

tornar foco de análise organizacional. Esse quadro pode ser mais bem compreendido pelo conceito “autogoverno”, ou seja, a noção de que os membros organizacionais, ao articularem saberes e poderes, também se autocapacitam e emancipam-se. A preocupação recai sobre a constituição do sujeito, por meio da relação na qual o indivíduo se constitui e se reconhece, envolvendo escolhas e posicionamentos.

As organizações, sob esse prisma, podem ser analisadas como espaços de criação de individualidade e, a partir dessa noção, como espaços de escolhas constituídas subjetivamente. A análise das práticas organizacionais pode incluir a análise das próprias “subjetividades” constituintes da organização: quais são as escolhas dos membros organizacionais? Como essas escolhas direcionam as práticas organizacionais?

Essa dinâmica de análise organizacional permitiria a compreensão dos mecanismos da normalização disciplinar e do biopoder enquanto instrumentos da objetivação e da subjetivação dos atores organizacionais. Os procedimentos éticos configurariam o caminho para o estudo dos processos instalados na organização. Vale ressaltar que, para esse tipo de análise, a arqueologia ou a genealogia podem ser “caminhos metodológicos” complementares, os quais direcionam, não para a compreensão dos mecanismos disciplinares, por exemplo, mas para as diversas formas de constituição dos sujeitos nas organizações, por meio de procedimentos éticos e do controle de si mesmos.

Os códigos organizacionais (normas, valores, procedimentos, etc.) podem estar relacionados ao código ético e aos sujeitos, tornando os atos individuais adequados a uma regra dada, por outro lado, os códigos também podem atualizar as ações pelo exercício da prática moral. Assim, as organizações também podem ser analisadas como espaço de exercício de condutas “morais”, as quais direcionam o que os indivíduos (na reflexão sobre si) podem ou não realizar como membros organizacionais. Os discursos, nesse contexto, seriam o principal tipo de manifestação das subjetividades, assim como os posicionamentos e escolhas individuais nesses discursos.

5. A CONTRIBUIÇÃO DE FOUCAULT PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: UMA SÍNTESE

No campo dos estudos organizacionais, as críticas ao modernismo e à emergência de estudos tidos como pós-modernistas marcam a descontinuidade como problemática dominante (REED, 1993). Hassard (1993) afirma que os pressupostos modernistas, como a crença na razão e na busca da verdade, foram apropriados pelas ciências sociais a partir dos estudos de

Saint-Simon e Comte. Com esses estudos, verificou-se a proliferação, no campo organizacional, de posicionamentos “positivistas”, com foco para as estruturas burocráticas. Hassard (1993) ressalta que essa tendência é reforçada pela preocupação com as implicações sociais de um acelerado processo de industrialização, desde o início do século XIX.

Nessa perspectiva, o objeto da análise organizacional surge como sistema social atrelado às estruturas específicas e às metas. A linguagem passa a ser submissa da observação e da razão, assim como das estruturas funcionais. Verifica-se que as idéias de Foucault distanciam-se dessa perspectiva e, ao serem utilizadas para a análise organizacional, inserem tais estudos em um movimento crítico ao modernismo (TOWNLEY, 2002).

Sendo assim, pode-se considerar a proposta da arqueologia, tanto na vertente metodológica, quanto no foco da análise dos saberes, como uma saída para o estudo das organizações enquanto espaços de manifestações de linguagens “libertadas” das estruturas funcionais. A articulação dos saberes, por meio dos discursos, como produtores de práticas organizacionais, impede uma análise fundamentada nos pressupostos da busca da racionalidade e da funcionalidade nas organizações. No entanto, observa-se um espaço de “aceitação” de alguns pressupostos da modernidade cultural, ao analisar as organizações pela fase da arqueologia em Foucault. Trata-se de um certo critério de cientificidade, observado por (TOWNLEY, 2002), que engendra o trabalho da arqueologia e da análise dos discursos.

Por outro lado, os estudos da fase da genealogia sugerem íntima relação com o a diversidade e heterogeneidade. Nesse sentido, as idéias de Foucault inserem-se nos estudos organizacionais como manifestações do pós-modernismo, pela disseminação das críticas ao modernismo, por meio da idéia da desconstrução, proveniente de Derrida (BORDIN, 1994). A genealogia de Foucault, sua analítica do poder e a disseminação dessa analítica para a análise organizacional, reforçam esse quadro.

Neste ensaio, apresentou-se uma proposta para o estudo do poder nas organizações, considerando outras formas que não apenas o poder disciplinar. Os poderes relacionais, o biopoder e a governamentalidade podem representar uma forma de conceber a organização, a partir dos jogos de poder, o que requer o estudo das singularidades dos eventos e dos processos superficiais. Ou seja, pode-se atrelar a “desconstrução” à genealogia como metodologia de análise organizacional. Os discursos passam a ser desconstruídos. Ressalta-se, então, o significado de pequenos detalhes, sem privilegiar a busca pelas essências absolutas e verdadeiras na análise dos processos organizacionais.

Por outro lado, com os desdobramentos sobre a ética e a partir do estudo da constituição de um sujeito por si mesmo, ou pelos próprios posicionamentos que assumem nas

práticas de poder, as idéias de Foucault fornecem subsídio para a consideração da ética e do sujeito no campo das organizações, remetendo à idéia de que, ao se posicionarem nos discursos, os sujeitos refletem sobre si e buscam a emancipação, considerando códigos éticos. Esses códigos, que fazem parte da realidade organizacional, não seriam as essências que os indivíduos buscam? A análise, nesse sentido, direciona para uma idéia de **“construção”** em contrapartida com a **“desconstrução”**.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde uma visão geral do desenvolvimento das idéias de Foucault procurou-se avançar na utilização de sua obra no campo organizacional. De certa forma, focalizou-se a possibilidade das análises discursivas e da subjetividade. Por outro lado, observou-se indicativos de que o “poder”, mesmo sendo objeto de estudo, pode ser analisado sob outras óticas, como o biopoder, considerando a discussão foucaultiana.

Traçou-se um panorama da inserção das idéias de Foucault e apresentou-se como seu pensamento vem sendo desenvolvido no campo da teoria organizacional. Verificou-se que a inserção do pensamento foucaultiano na teoria organizacional foi influenciada pelo debate modernismo x pós-modernismo e pelas críticas aos estudos funcionalistas. Por outro lado, a utilização, no campo organizacional, da abordagem do poder disciplinar, concentrando as análises na fase da genealogia, instigou a apresentação de uma proposta que abrangesse as fases arqueológicas, da ética e outras vertentes da fase genealógica.

As diversas classificações para o trabalho de Foucault revelam a complexidade de seu pensamento, situando-o como crítico da modernidade, pós-moderno e, no final de sua obra, ainda é possível observar um redirecionamento que parece sinalizar para a **“construção”** em contrapartida com a **“desconstrução”**. Dessa forma, procurou-se discutir a proposta para a utilização do pensamento foucaultiano, tanto no eixo epistemológico/metodológico, quanto no foco da análise, como o saber, o poder e o sujeito.

Ao focalizar a arqueologia, propõe-se o rompimento com alguns pressupostos do funcionalismo no campo dos estudos organizacionais, como a priorização de análises qualitativas em função de estudos quantitativos, baseadas, principalmente, na análise dos **“discursos organizacionais”**. Além disso, propõe-se a pesquisa dos **“saberes organizacionais”**, os quais podem ser analisados por meio da arqueologia, mas, o processo metodológico não deve sobressair o foco da análise.

Quanto à genealogia, a proposta é avançar na análise do poder disciplinar, considerando a abordagem do poder relacional e da biopolítica, redirecionando a atenção dos corpos (disciplina) para o contexto institucional (população) no qual a organização está inserida, (biopolítica). No que se refere à ética, defende-se que a análise das práticas organizacionais deve incluir a análise das próprias “subjetividades” constituintes da organização, perguntando-se quais são as escolhas dos membros organizacionais e como essas escolhas direcionam as práticas organizacionais. Dessa forma, a dinâmica dessa análise permitiria a compreensão dos mecanismos da normalização disciplinar e do biopoder enquanto instrumentos da objetivação e da subjetivação dos membros.

Diante as propostas apresentadas, propõe-se o estudo da arqueologia nas organizações como uma tentativa de avanço nos pressupostos modernistas. Na fase da genealogia, observou-se que a “desconstrução” é um elemento de análise importante quando se trata de estudar relações e jogos de poder. Nesse sentido, os textos e discursos podem ser desconstruídos, redirecionando para as singularidades dos eventos e dos processos discursivos. Finalmente, pode-se analisar a proposta da ética e do sujeito nos estudos organizacionais, em relação com alguns pressupostos modernistas, considerando que, nessa fase verifica-se uma preocupação com a “construção” e emancipação dos sujeitos.

Propõe-se a reflexão em torno de como o pensamento foucaultiano pode contribuir para um avanço no campo dos estudos organizacionais. Pela abordagem de Foucault, possibilita-se que a realidade seja compreendida a partir de sua desconstrução, mas que esse processo não encontra no final a verdade absoluta. No âmbito das organizações, isso significa redirecionar as tentativas de “avanços”, de vencer dicotomias, para um afastamento da própria concepção da verdade organizacional, considerando-a como um espaço de relações de poder, de discursos e de constituição de subjetividades.

No conjunto da obra de Foucault, embora complexa e heterogênea, pode-se perceber alguns aspectos comuns como uma crítica à noção de progresso como elemento **necessário**. Nesse sentido, tem-se uma contribuição para a teoria organizacional, ou seja, a possibilidade de análise de organizações por meio do estudo das manifestações capilares, singulares que perpassam a vida organizacional.

O(s) discurso(s) das organizações são discursos que expressam os saberes constituídos no espaço organizacional, pelos seus atores que se posicionam nesses discursos a fim de legitimar determinados saberes. Ao fazer isso, ao legitimar os saberes, os discursos desqualificam outros saberes, os quais não fariam parte dos códigos organizacionais. Por meio desse quadro reflete-se acerca de uma situação na qual o poder seria de um discurso legítimo.

No entanto, defende-se o contrário, pois, ao considerar que esses discursos, que legitimam saberes, são discursos em determinado momento, em determinado contexto, passam a ser discursos circulares. As relações podem fazer com que os atores, os grupos e as organizações posicionem-se estrategicamente para redirecionar o discurso e, conseqüentemente, as práticas, o que implica considerar a linguagem como uma prática discursiva em movimento.

Portanto, a contribuição de Foucault está em considerar a fluidez dos discursos enquanto práticas. Estes discursos podem ser a manifestação que indica a articulação entre os saberes. Como os saberes se articulam e produzem as práticas? Como um modelo de gerenciamento desenvolve-se e dissemina-se entre os membros organizacionais e se transforma em uma prática?

Nesse contexto, verifica-se outra contribuição, a qual atinge o próprio objeto de estudo e para onde o pesquisador deveria direcionar sua atenção. O saber seria o foco do estudo, a articulação dos saberes e não o modelo de gerenciamento, ou seja, a prática desses saberes. Por outro lado, pode-se reivindicar a investigação do porquê de se articular os saberes de determinada maneira. Ou seja, explicita-se a questão do lugar do saber que, necessariamente, impõe a desarticulação de outros saberes. Trata-se das relações de poder estabelecidas entre os atores sociais, que manifestam os posicionamentos dos saberes. A contribuição direciona-se para a genealogia e para o estudo das singularidades, sem pretensão de encontrar a verdade absoluta nessas relações de poder. Nas organizações, evidenciam-se os saberes articulados para o controle de “corpos”, ou seja, a disciplina como mecanismo de poder. No entanto, deve-se atentar para o mecanismo do biopoder como uma estratégia, que envolve, ao contrário do controle dos “corpos”, a arte do governo, ao tratar do controle de indivíduos enquanto população, ou das instituições.

Dessa forma, pode-se considerar a organização enquanto um espaço regido institucionalmente e, portanto, sujeito a artes de governo. Os atores organizacionais, ao posicionarem-se nos discursos, também remetem às instituições e também articulam a governamentalidade. O poder, em uma organização, pode ser criativo, e deve ser considerado para a análise organizacional. Isso ocorre na medida em que, ao estabelecer posicionamentos, os indivíduos ou as organizações, criam estratégias de controle e de governo, ou ambas. Tais estratégias podem culminar em tecnologias que são frutos das relações de poder e da articulação entre os saberes.

É justamente a noção de poder criativo que direciona para a discussão sobre o sujeito e a ética. Se o indivíduo posiciona-se nos discursos a fim de enquadrar-se, da melhor maneira possível, aos códigos, governos, instituições, ou estratégias organizacionais, esse indivíduo

busca a liberdade e reflete sobre si mesmo. O foco já não é o poder disciplinar, o controle do corpo; e nem o biopoder, o governo; mas, trata-se do auto-governo. A análise organizacional ganha um espaço para a pesquisa de suas práticas como resultado de buscas livres.

Verifica-se que as contribuições do pensamento foucaultiano para os estudos organizacionais são ricas e ultrapassam a analítica do poder disciplinar. É também evidente que suas idéias permitem a “transição” por diversas áreas do conhecimento, sem abandonar o rigor da construção teórica, pois as idéias de Foucault fornecem importantes “caminhos” metodológicos nesse sentido.

Sendo assim, qual seria o lugar do pensamento foucaultiano? Não se trata de transitar entre paradigmas “via” Foucault, mas, diante da heterogeneidade de seu pensamento, pode-se dizer que a epistemologia passa a ocupar um lugar central, na forma como se aborda o objeto e de como é concebida a relação desse objeto com o mundo. Pode-se, pelas várias fases do pensamento de Foucault (arqueologia, genealogia ou ética) enriquecer as análises no âmbito das organizações para além da simples aplicação de conceitos. O que se propõe é a reflexão *na* análise organizacional.

FOUCAULT AND ORGANIZATIONAL STUDIES: EXTENDING THE POSSIBILITIES

Abstract

Considering the Foucault's studies and, the interfaces of its ideas with the organizational studies, it was objectified to present proposal for the use of the Foucault's ideas in the organizational studies, considering the three steps of its work: archaeology, genealogy and ethics. When focusing archaeology, it considered the disruption with some beliefs of the functionalism in the field of the organizational studies, prioritizing the study of the “organizational discourses”. About the genealogy, the proposal is to advance in the analysis of the “discipline power”, considering the boarding of the relation power and of the biopolitics, redirecting the attention of disciplines for the institutional context, in which the organization is inserted. As for the ethics, it is defended that the analysis of the organizational practice must include the analysis of the proper “subjectivities”, constituters of the organization, asking about choices of the organizational members and as these choices direct their organizational practices.

Key-Words: Foucault. Organizational studies.

REFERÊNCIAS

- BORDIN, L. Razão pós-moderna. In: HUHNE, L. M. **Razões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Uapê, 1994. Capítulo VIII, p. 157-75.
- BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (ORGS edição original). CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (ORGS edição brasileira). **Handbook de Estudos Organizacionais**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999. v. 1. Capítulo 17, p. 439-62
- CLEGG, S. **Framework of Power**. 1 ed. London: Sage Publications, 1993. 297p.
- FONSECA, M. **Michel Foucault e Constituição do Sujeito**. 1 ed. São Paulo: Educ, 1995. v. 1. 144p.
- FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 3 ed. São Paulo: Martins fontes, 1985. 408 p.
- FOUCAULT, M. Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982). 1 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 136p.
- FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In:_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 2001a.
- FOUCAULT, M. Soberania e disciplina. In:_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 2001b.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In:_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: edições Graal, 2001c.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004a. 235 p.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no college De France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004b. 79 p.
- HARDY, C.; CLEGG, S.R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (ORGS edição original). CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (ORGS edição brasileira). **Handbook de Estudos Organizacionais**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2. Capítulo 13, p. 260-89
- HASSARD, J. Postmodernism and organizational analysis: an overview. In: HASSARD, J.; PARKER, M. (Org). **Postmodernism and Organizations**. 1ed. London: Sage, 1993. Capítulo 1, p. 1-24.
- KNIGHTS, D. Writing organizational analysis into Foucault. **Organization**, Sage Publications, v. 9, n. 4, p. 575-583, nov. 2002.
- MACHADO, R. “Introdução” Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- MOTTA, F. C. P. O poder disciplinar nas organizações formais. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 33-41, out./dez. 1981.
- MOTTA, F. C. P.; SILVEIRA, R. A. O pensamento de Michel Foucault na Teoria das Organizações. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003. **Anais...** São Paulo, Atibaia: Editoração & Produção Gráfica. 2003.
- POGREBINSCHI, T. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **LUA NOVA**, v. 63, p. 179-201. 2004

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. 1 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

REED, M. I. Organisations and modernity: continuity and discontinuity. HASSARD, J.; PARKER, M. (Org). **Postmodernism and Organizations**. 1. ed. London: Sage, 1993. p.163-82.

ROWLINSON, M; CARTER, C. Foucault and History in organization studies. **Organization**, Sage Publications, v. 9, n. 4, p. 527-547. 2002.

SILVEIRA, R. A. **Michel Foucault**: poder e análise das organizações. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

TOWNLEY, B. Foucault, power/knowledge, and its relevance for human resource management. **Academy of Management Review**, v. 18, n. 3. p. 518-545. 1993.

TOWNLEY, B. Managing with modernity. **Organization, Sage Publications**, v. 9, n. 4, p. 549-473. 2002.

WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.